



JULGAMENTO DE RECURSO

REFERÊNCIA: Processo nº 23.23.09/TP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS EM DIVERSAS LOCALIDADES E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA/CE.

DAS RAZÕES DE RECURSO

A empresa Recorrente NOVO CAMNHO CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.641.253/0001-30 alega em apertada síntese que deve haver reforma quanto a decisão que inabilitou a Empresa Recorrente, por supostamente ter cumprido todos os requisitos editalícios.

Afirma que no que concerne ao acervo técnico, haveria equívoco na valoração do item 5.2.3.2.1. do Edital, onde o edital exige a comprovação da realização de serviços anteriores de : Aterro c/ compactação mecânica e controle mat. de aquisição. Em quantidade mínima de 2.099,22 m³. Por fim pede, que após a devida análise, seja reforma a decisão para promover a habilitação da recorrente, conforme acervo técnico apresentado.

Apreciado as solicitações do Recorrente, passamos a decidir.

DO JULGAMENTO

A Recorrente apresentou suas razões dentro do prazo estabelecido, portanto, merecendo ter seu mérito analisado, visto que respeitou os prazos estabelecidos nas normas sobre o assunto.

Inicialmente gostaríamos de ressaltar que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo.

Tais princípios norteiam essa atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias.

Neste sentido, o Município, utilizando seu poder de Autotutela administrativa pode, a qualquer tempo, rever seus atos, quando eivados de vícios, nos termos das súmulas 346 e 437 do STF, *in verbis*:

Súmula 346 do STF



A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.

Súmula 473 do STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Diante do exposto, levando os argumentos elencados na peça recursal, reconheço a comprovação dos itens de maior relevância nas quantidades mínimas estabelecidas, habilitando a empresa para continuar no certame.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, e, em atendimento à legislação pátria, **CONHEÇO** a impugnação apresentada pela empresa **NOVO CAMNHO CONSTRUTORA LTDA**, para, no mérito, julgar **PROCEDENTE** o presente RECURSO, habilitando a empresa para as próximas fases do certame.

Itapipoca-CE, 18 de outubro de 2023.



Wilsiane Soares de Oliveira Marques
Presidente da Comissão de Licitação